

Apagão no estado do Amapá

A ponta de um iceberg que a sociedade precisa conhecer!



As ocorrências registradas no setor nos últimos anos apontam que o apagão que atingiu a capital e várias outras cidades do Amapá é apenas a ponta de um grande iceberg negligenciado pelo MME, Aneel e ONS, e, por consequência, desconhecido da sociedade.

O setor elétrico brasileiro, maior que o sistema elétrico da Europa, vem crescendo nos últimos anos de forma fatiada, a ANEEL, representante do poder concedente vem realizando inúmeros leilões, privilegiando custos extremamente baixos em detrimento da segurança e confiabilidade do sistema.

Por exemplo, com o projeto de privatização das áreas estratégicas de geração e transmissão, que constituem a espinha dorsal do sistema elétrico, o que era para ser concentrado para garantir segurança e confiabilidade, além da captura de sinergias, se tornou num grande emaranhado de ativos e agentes, com subestações importantes transformadas em "terra de ninguém" (ativos de vários agentes em uma mesma instalação, num confuso esquema para tratamento de emergências).

Têm agentes, que mal conhecem as instalações e equipamentos que estão sob sua responsabilidade, fazem tudo à distância dos seus escritórios no Rio de Janeiro ou São Paulo. Equipe técnica de plantão? Esquece! Sobressalentes armazenados para emergência? Nem pensar! A RAP não suporta e reduzirá o lucro. Plano de Contingência Operativo? Pode até ter, mas é ineficiente por conta da escassez ou inexistência de recursos técnicos, logísticos e operacionais.

Neste contexto, outro ponto que chama a atenção é a apatia do MME, que vem funcionando como uma espécie de sucursal do Ministério da Economia. Ao invés de exercer o seu papel de poder concedente, zeloso e defensor incondicional dos aspectos técnicos e operacionais, tradição da pasta, o MME segue a pauta da economia que visa sucatear o setor para o atendimento do dito “mercado”. A agenda tem sido a privatização e a destruição daquela que ainda se afigura como o porto seguro do setor elétrico nos seguimentos de geração e transmissão: a Eletrobras.

A apatia é tão grande que o MME, representante da União na governança da Eletrobras, desde 2017, como acionista majoritário, vem renunciando à indicação do presidente do Conselho de Administração da Eletrobras para os grandes acionistas minoritários interessados na privatização da Empresa a preço de banana. Uma verdadeira vergonha!

Para a infelicidade da sociedade brasileira o setor elétrico está sendo tratado como se fosse uma mercadoria que pode ser modificada, mesmo com perda de qualidade, para baratear custos, aumentar as receitas e garantir a obtenção de maiores lucros, seguindo aquilo que aconteceu no setor cervejeiro (Ambev). Essa lógica pode até dar certo com mercadorias, mas com serviço público de energia elétrica, essencial à população, a coisa é bem diferente e as consequências são gravíssimas.

Não é à toa que hoje na Eletrobras há um presidente que trabalha diuturnamente pela privatização e destruição da Empresa, alinhadíssimo com o grupo de grandes acionistas minoritários liderados pelo dono da cervejaria AMBEV, pouco se importando com os interesses da sociedade brasileira.

Nessa linha, o apático MME, além de querer vender toda a Eletrobras a preço de banana (cerca de 1/3 do custo de construção da UHE Belo Monte), teve a ousadia de propor a criação de uma nova empresa estatal, uma espécie de holding para Eletronuclear e Itaipu! Fez isso, incluindo o montante de R\$ 4 bilhões no orçamento da União, mesmo antes do Congresso Nacional avaliar a descabida proposta de privatização da Eletrobras.

No caso específico do Amapá, o triste e vergonhoso apagão que vem sacrificando a população do estado é de responsabilidade direta da Concessionária LTME, que pertence à Gemini Energy. Aqui cabe um parêntese, a Gemini comprou a Linha da

empresa privada Isolux, que quebrou, depois de ter comprado a LTME da empresa privada Abengoa, vencedora do leilão de concessão, que também quebrou. **Entretanto, os maiores responsáveis são o MME, a ANEEL e o ONS, pela negligência com que vem gerindo o setor.** A tempestade perfeita, relatada pelas autoridades, somente se materializou por falhas no monitoramento do setor, fiscalização ineficiente e condescendências operativas perigosas para segurança e confiabilidade do sistema.

Por último, seguindo a cartilha do Ministério de Economia e complacência do Ministério de Minas e Energia, a atual gestão da Eletrobras, de forma irresponsável e delirante, segue com o seu projeto de sucatear tecnicamente as empresas da Eletrobras, mediante a demissão, sem planejamento, de mais de 400 empregados, muitos deles engenheiros e técnicos que acumulam importantes conhecimentos técnicos dos sistemas elétricos de potência da Eletrobras.

Lamentavelmente, o Sr. Wilson Pinto Júnior, por conta de sua distância das questões que envolvem as áreas de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão das Empresas Eletrobras, considera como normal e trivial realizar demissões sem planejamento no Sistema, pouco se preocupando com a manutenção da capacidade técnica e a proteção do capital intelectual da maior empresa de energia elétrica do Brasil e da América Latina.

**Trabalhadores e Trabalhadoras da Eletrobras Eletronorte
não medirão esforços para contribuir na solução energética do
estado do Amapá e regularização do atendimento aos amapaenses.**

Compartilhe este informe com os colegas.

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

**A Diretoria, em 11 de novembro de 2020.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL**

